



**PARECER JURÍDICO Nº 34/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA DA MESA  
DIRETORA**

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES EM TODOS OS LOTEAMENTOS À SEREM APROVADOS NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Assessoria Jurídica da Mesa Diretora desta Casa de Leis recebeu para emissão de parecer prévio o Projeto de Lei Legislativo nº 28/2025 de autoria do vereador Marcio Silva de Almeida que dispõe sobre plantio de mudas de árvores em todos os loteamentos à serem aprovados no Município de Sidrolândia/MS, e dá outras providências.

O presente parecer pretende analisar a legalidade, constitucionalidade e juricidade do referido projeto.

O Projeto de lei está acompanhado de justificativa, conforme dispõe o art. 87 do Regimento Interno.

É o relatório.

**I – ANÁLISE JURÍDICA**

O projeto versa sobre matéria de âmbito local, portanto, encontra respaldo jurídico no artigo 30, I, da Constituição Federal, artigo 17, I, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e artigo 13, da Lei Orgânica Municipal.

Nesse sentido, é de rigor esclarecer, portanto, que inexistem vícios formais ou de iniciativa.